CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINA COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Assunto: Projeto de Lei nº 34/2022

Autor: Prefeita Municipal de Esperantina

Ementa: "Dispõe sobre o rateio das sobras dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com a aplicação da Lei 14.113/2020 e Lei 14.276/221 aos profissionais da educação básica para cumprimento dos limites legais dos 70% da educação básica em efetivo exercício."

Conclusão: Parecer FAVORÁVEL à tramitação, discussão e votação do presente

projeto de lei

Relator: LUÍS DIONÍSIO

Conclusão: Parecer FAVORÁVEL à tramitação, discussão e votação do presente

projeto de lei

Por determinação regimental foi distribuído à Comissão de Finanças, Projeto de Lei que "Dispõe sobre o rateio das sobras dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com a aplicação da Lei 14.113/2020 e Lei 14.276/221 aos profissionais da educação básica para cumprimento dos limites legais dos 70% da educação básica em efetivo exercício."

As razões para apresentação da proposta foram delineadas na justificativa.

A legalidade da matéria já foi objeto de análise procedida pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela inexistência de inconstitucionalidade/ ilegalidade do referido projeto de lei que impeça a normal tramitação da matéria.

É o relatório. Passa-se a opinar.

No tocante ao mérito, cabe a esta Comissão, com esteio no art. 39, inciso V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Esperantina – RICME tratar da seguinte matéria, conforme se depreende a seguir:

Art. 39. Compete à Comissão de Finanças opinar sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente:

I. a Proposta orçamentária, sugerindo as modificações convenientes e opinando sobre as emendas apresentadas;

II. a apresentação de contas do prefeito;

III. as proposições referentes a matéria tributária, aberturas de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, acarretem responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV. os balancetes e balanços da Prefeitura;

V. as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo municipal e a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e a verba de representação do Vice-Prefeito.

Parágrafo único. As matérias citadas neste artigo não poderão ser submetidas à discussão e votação do Plenário, sem o parecer da Comissão de Finanças.

Dessa forma, entende-se que as disposições delineadas no texto proposto, indubitavelmente, merecem especial atenção desta Edilidade.

Com efeito, não se observa no presente Projeto de Lei, <u>nenhum</u> impedimento de ordem jurídica para sua aprovação por esta Casa Legislativa, <u>bem como atende aos princípios emanados pelo Ministério da Educação e às orientações do Tribunal de Contas de Estado do Piauí, que dispõe sobre as regras para o aludido rateio do Recurso Federal – FUNDEB aos profissionais do magistério do Ensino Básico.</u>

Em que pese ser autorizado no referido Texto Legal, que a precificação do valor do abono seja fixada através de <u>Decreto do Poder Executivo Municipal</u>, ressalta-se que por ser tratar de um valor a ser obtido pela Contabilidade do Município e que será disponibilizado de forma pública, poderá ser oportunamente auditado, não se verifica nenhuma ilegalidade nesse aspecto.

Desta maneira, respeitadas as normas constitucionais e legais aplicáveis, a comissão que este subscreve vota <u>FAVORAVELMENTE</u> à discussão e aprovação do referido Projeto em Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Câmara Municipal de Esperantina, 01º de Dezembro de 2022.

PROF. FRANCISCO RODRIGUES CHAVES JUNIOR (JR. RODRIGUES)

PRESIDENTE

LUÍS DIONÍSIO RELATOR

DOMINGOS LUÍZ FERREIRA SECRETÁRIO